



IRACEMA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 09.250.729/0001-90

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A Iracema Transmissora de Energia S.A. ("Iracema" ou "Companhia") apresenta o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2016.

1) A COMPANHIA

A Iracema é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de novembro de 2007. Sua sede está localizada Av. Presidente Vargas, nº 955, 14º andar, sala 1401 (parte), Centro, Rio de Janeiro, RJ. Possui duas filiais localizadas no Município de Brejo Santo e no Município de Paulistana.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH) ou Grupo SGBH) desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda e Lintran do Brasil S.A. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	400
Tensão em kV:	500
Subestações:	3

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) RECEITA

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 21.612.172, para o período de julho de 2016 a junho de 2017 e de R\$ 19.138.849, para o período de julho de 2015 a junho de 2016.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2016 e 2015 são:

	2016	2015
• Liquidez geral	1,95	1,80
• Liquidez corrente	4,67	3,58
• Relação patrimônio líquido/ativo	48,65%	44,30%
• Relação passivo não circulante/ativo	47,26%	51,90%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	7,01%	26,35%
• Relação lucro operacional/Patrimônio líquido	20,51%	22,79%
Ativos totais - R\$	256.858.849	228.413.378
Lucro líquido do exercício - R\$	8.760.211	26.661.060

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e legislações de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	14	28.997.015	29.328.838
Custo da operação	15	(3.836.754)	(1.441.010)
Lucro bruto		25.160.261	27.887.828
Despesas gerais e administrativas	16	(1.635.223)	(1.025.074)
Outras receitas operacionais líquidas	17	2.099.271	882.911
Lucro antes do resultado financeiro		25.624.309	27.745.665
Resultado financeiro	18	(11.777.000)	(11.603.833)
Receita financeira		1.237.609	1.178.556
Despesa financeira		(13.014.609)	(12.782.389)
Resultado antes dos impostos		13.847.309	16.141.832
Imposto de renda e contribuição social	19	(5.087.098)	10.519.228
Lucro líquido do exercício		8.760.211	26.661.060

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	8.760.211	26.661.060
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	8.760.211	26.661.060

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DE FLUXOS DE CAIXA Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

	2016	2015
Atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos impostos	13.847.309	16.141.832
Juros e variações cambiais sobre empréstimos	12.526.433	12.191.354
Depreciação e amortização	193.244	67.800
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(175.594)
Outras provisões - compensação ambiental	(87.122)	338.202
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(281.950)	(900.525)
Ativo financeiro amortizável	(11.791.601)	(12.396.036)
Estoques	423.573	(239.611)
Impostos a recuperar	(812.211)	(266.920)
Adiantamentos a fornecedores	(737.163)	(148.880)
Outros ativos	(10.635)	(4.269.139)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(232.417)	92.698
Tributos e contribuições sociais	695.895	6.248.149
Impostos pagos	(197.095)	(4.658.147)
Juros pagos	(12.525.165)	(12.128.680)
Taxas regulamentares	142.983	(40.538)
Outros passivos	112.352	258.649

	2016	2015
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	1.266.420	114.614
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(809.616)	(369.772)
Títulos e valores mobiliários	-	(184.941)

	2016	2015
Fluxo de caixa aplicado pelas atividades de investimento	(809.616)	(554.713)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	15.000.000	-
Empréstimos pagos	(1.083.307)	(625.429)

	2016	2015
Fluxo de caixa aplicado pelas atividades de financiamento	13.916.693	(625.429)
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.373.497	(1.065.528)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.345.043	4.410.572
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	17.718.540	3.345.043

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre venda. **Receita de operação e manutenção:** A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão. **Receita de construção:** A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo imobilizado em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver. **Remuneração dos ativos financeiros:** Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP. **3.14. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativo e passivos financeiros. **Ativos financeiros não derivativos:** Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias e ativo financeiro amortizável.

continua →

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	17.718.540	3.345.043	Fornecedores - terceiros		312.506	545.460
Concessionárias e permissionárias	7	2.817.066	2.535.116	Fornecedores - partes relacionadas	21	4.978	4.441
Estoques		498.107	921.679	Debêntures - terceiros	10	6.906.588	6.912.240
Adiantamentos a fornecedores		549.306	366.060	Impostos e contribuições sociais		2.062.129	238.964
Impostos a recuperar		1.985.968	904.839	Taxas regulamentares	9	758.789	615.806
Ativo financeiro amortizável	8	20.585.272	18.633.069	Outros passivos circulantes		454.834	342.481
Outros ativos circulantes		4.831.078	4.267.956			10.499.824	8.659.392
		48.985.337	30.973.762				
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	6	6.950.655	6.950.655	Debêntures - terceiros	10	110.066.994	110.897.777
Ativo financeiro amortizável	8	199.651.933	189.812.535	Outras provisões - compensação ambiental		1.391.608	1.478.731
Outros ativos não circulantes		54.711	76.585	Impostos diferidos	11	9.942.147	6.179.413
Imobilizado		1.171.462	498.691			121.400.749	118.555.921
Intangível		44.751	101.150				
		207.873.512	197.439.616				

	2016	2015		2016	2015
Patrimônio líquido			Capital social	13	227.062.000
Capital social			Prejuízo acumulado		(102.103.724)
Prejuízo acumulado					124.958.276
					101.198.065

	2016	2015
Total do ativo	256.858.849	228.413.378
Total do passivo e do patrimônio líquido	256.858.849	228.413.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

	Capital social	Prejuízo acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	212.062.000	(137.524.994)	74.537.006
Lucro líquido do exercício	-	26.661.060	26.661.060
Saldo em 31 de dezembro de 2015	212.062.000	(110.863.935)	101.198.065
Aumento de capital conforme AGE de 01 de novembro de 2016	15.000.000	-	15.000.000
Lucro líquido do exercício	-	8.760.211	8.760.211
Saldo em 31 de dezembro de 2016	227.062.000	(102.103.724)	124.958.276

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Iracema Transmissora de Energia S.A. ("Iracema" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de novembro de 2007. Sua sede está localizada Av. Presidente Vargas, nº 955, 14º andar, sala 1401 (parte), Centro, Rio de Janeiro, RJ. Possui duas filiais localizadas no Município de Brejo Santo e no Município de Paulistana. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH) ou Grupo SGBH) é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia tem como propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** A Companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção da linha de transmissão com capacidade de 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 400 km, com origem na subestação São João do Piauí, localizada no estado do Piauí, e término na subestação Milagres, no estado do Ceará. As suas atividades estão reguladas pelo Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 002/2008, firmado com a ANEEL, com um prazo de 30 anos, contados a partir de 17 de março de 2008. A Companhia entrou em operação no dia 7 de dezembro de 2010 e teve o termo de liberação provisório emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) em 1º de março de 2011. **1.2. Receita anual permitida (RAP):** O valor anual definido para a Receita Anual Permitida (RAP) de R\$13.757.000 (histórico) e será corrigido anualmente no mês de julho pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão. Em 23 de junho de 2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.918/2015 estabeleceu a RAP em R\$19.138.849 para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016. Em 23 de junho de 2016, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.098/2016 estabeleceu a RAP em R\$ 21.612.172 para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o ONS.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 10 de março de 2017. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação



IRACEMA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 09.250.729/0001-90



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

O saldo de caixa e equivalentes de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. O saldo de ativo financeiro amortizável é classificado como ativos financeiros a valor justo por meio de resultado. Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo e após reconhecimento inicial são mensurados pelo valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Passivos financeiros não derivativos:** Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores - partes relacionadas e terceiros e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de empréstimos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado. **Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros:** Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação foi revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **Ativos e passivos financeiros derivativos:** A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis. **3.15. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4. NOVOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS E INTERPRETAÇÕES

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu determinadas normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras. Enquanto aguarda a aprovação destas normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo à sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos, caso haja, em suas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Caixa	-	579
Bancos	1.452.083	1.215.454
Aplicações financeiras	16.266.457	2.129.010
	17.718.540	3.345.043

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2016	2015
Conta reserva - Debêntures	6.950.655	6.950.655
	6.950.655	6.950.655

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de emissão de debêntures (nota explicativa 10). Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor da Caixa Econômica Federal (CEF) uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, acrescido de três vezes o valor do custo de operação e manutenção. O custo utilizado é histórico, atualizado anualmente. A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal da CEF.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	2016	2015
A vencer	2.572.007	2.202.171
Vencidas até 30 dias	6.152	5.863
Vencidas até 60 dias	4.062	2.286
Vencidas até 90 dias	7.209	20.556
Vencidas há mais de 90 dias	564.358	640.962
	3.153.788	2.871.838
(-) PCLD	(336.722)	(336.722)
	2.817.066	2.535.116

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas cima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	2016	2015
Saldo em 1º de janeiro	(336.722)	(512.316)
Reversão	-	175.594
Complemento de provisão	-	-
Saldo em 31 de dezembro	(336.722)	(336.722)

8. ATIVO FINANCEIRO AMORTIZÁVEL

	2016	2015
Circulante	20.585.272	18.633.069
Não circulante	199.651.933	189.812.535
	220.237.205	208.445.604

Conforme contrato de concessão da Companhia (notas explicativas 1.1 e 1.2) a Companhia reconheceu um recebível de concessão de serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente. A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o ativo financeiro reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, e é apurado comparando o retorno esperado com o valor do investimento. As concessões das linhas de transmissão de energia da Companhia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e das demais Instalações de transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão.

9. TAXAS REGULAMENTARES

	2016	2015
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	54.503	12.632
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	158.505	163.063
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iii)	545.781	440.111
	758.789	615.806

(i) **RGR:** Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantêm a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória. Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço. (ii) **TFSEE:** Instituída pela Lei 9.427 de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida

regulatória. Em 27 de julho de 2016, através do Despacho 2.012 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2016 a junho de 2017. (iii) **P&D:** Conforme as Resoluções ANEEL 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

10. DEBÊNTURES - TERCEIROS

a) **Total da dívida**

Descrição	Início	Venci-mento	Garan-tidor	Encargos		
					2016	2015
				TR + spread		
CEF	11/2010	11/2035	(i)	9% a.a.	116.973.582	117.810.017
					116.973.582	117.810.017
Circulante					6.906.588	6.912.240
Não circulante					110.066.994	110.897.777
					116.973.582	117.810.017

(i) **Garantias:** • Contrato de alienação fiduciária da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia pelos seus atuais acionistas. • Contrato de cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos dos contratos de construção, de prestação de serviços de transmissão, de operação e manutenção e de conexão. • Contrato de cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão. • Carta de fiança bancária contratada com o Banco Bradesco S.A. Em 19 de novembro de 2010 os acionistas da Companhia aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a emissão de 109 debêntures não conversíveis em ações, em série única, no valor de R\$1.000.000 cada, através de emissão pública com esforços restritos. As debêntures possuem vencimento em 300 meses contados da data da primeira subscrição e farão jus a juros, pagáveis nas mesmas datas de pagamento da amortização, correspondentes à variação acumulada da Taxa Referencial divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescidas de spread de 9% a.a. Os custos com a emissão das debêntures, que compreendem gastos com assessoria financeira e jurídica, totalizam R\$1.102.000. Durante os 12 primeiros meses contados da data de emissão, não houve amortização do saldo devedor do principal e pagamento de juros. O pagamento do principal e dos juros começou a ser efetuado mensalmente a partir do 13º mês contado da data de emissão.

b) **Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):**

	Amortização
2018	3.008.704
2019	1.925.397
2020	1.805.511
2021 - 2028	103.327.382
	110.066.994

c) **Covenants:** De acordo com as cláusulas contratuais, a Companhia deve atender ao fluxo de caixa para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de pagamentos de juros e amortizações de principal no período superior ou igual a 1,20 vezes. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia atingiu os índices propostos.

11. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	2016	2015
Impostos diferidos passivos	9.942.147	6.179.413
	9.942.147	6.179.413

Os saldos são referentes a: (i) registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão; (ii) PIS e COFINS sobre a receita de construção (registrada de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção). Será realizada de acordo com o recebimento da receita da referida obra (ativo imobilizado da concessão).

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como "provável" e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$227.062.000 e R\$ 212.060.000 respectivamente, dividido em 227.062.000, em 2016, e 212.060.000, em 2015, ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	2016	2015
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%	0,01%
	100%	100%

Em 01 de novembro de 2016 houve aumento de capital em R\$15.000.000 conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária. b) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. A Companhia não constituiu reserva legal, visto que o lucro do exercício absorveu prejuízos acumulados. c) **Dividendos:** Até 2015, aos acionistas era garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações. Entretanto, o ato societário datado de 21 de outubro de 2016 alterou esse percentual para 1%, com vigência já para o exercício de 2016. A Companhia não propôs dividendos visto que o lucro do exercício absorveu prejuízos acumulados.

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2016	2015
Receita operacional bruta	31.578.018	33.579.217
Receita de operação e manutenção	5.389.972	4.737.565
Remuneração dos ativos da concessão	26.010.066	26.193.286
Receita de construção	177.980	2.648.366
Deduções da receita operacional	(2.581.003)	(4.250.379)
PIS	(327.194)	(620.893)
COFINS	(1.507.075)	(2.859.868)
RGR	(494.660)	(533.324)
P&D	(172.094)	(185.691)
TFSEE	(71.996)	(50.603)
Outros	(7.984)	-
	28.997.015	29.328.838

15. CUSTO DA OPERAÇÃO

	2016	2015
Pessoal	(1.879.608)	(1.803.728)
Material	(339.791)	(221.496)
Serviços de terceiros	(520.241)	(686.869)
Arrendamentos e alugueis	(28.407)	(80.516)
Seguros	(19.553)	(19.695)
Tributos	(15.445)	(117.380)
Custo de construção	(177.980)	(2.648.366)
Custo de operação e manutenção	95.975	4.919.326
Outros	(951.704)	(782.286)
	(3.836.754)	(1.441.010)

16. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2016	2015
Pessoal	(824.737)	(401.508)
Serviços de terceiros	(558.993)	(506.714)
Arrendamentos e alugueis	(58.667)	(52.968)
Provisão	-	175.594
Tributos	(4.767)	(80.405)
Depreciação e amortização	(132.963)	(57.436)
Outros	(55.096)	(101.637)
	(1.635.223)	(1.025.074)

17. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	2016	2015
Rendas da prestação de serviços	3.292.470	1.089.352
Tributos sobre a receita	(394.600)	(123.384)
Pessoal	(348.047)	-
Material	(78.502)	(28.460)
Serviços de terceiros	(70.003)	(10.704)
Arrendamento e alugueis	(142.079)	(10)
Depreciação e amortização	(60.281)	(10.364)
Outras despesas	(99.687)	(33.519)
	2.099.271	882.911

Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Contrato de Prestação de Serviço de Operação e Manutenção (CPSOM) e Centro de Operação do Sistema (COS).

18. RESULTADO FINANCEIRO

	2016	2015
Receita financeira	1.237.609	1.178.556
Receitas de aplicações financeiras	1.296.958	1.174.499
Outras receitas financeiras	(59.349)	4.057
Despesa financeira	(13.014.609)	(12.782.389)
Juros sobre empréstimos	(12.884.527)	(12.193.490)
Outras despesas financeiras	(130.082)	(588.899)
	(11.777.000)	(11.603.833)

19. CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	13.847.309	16.141.832
Alíquota nominal	(4.684.085)	(5.488.223)
Adições e exclusões não dedutíveis	4.979.617	15.983.451
Outros	(5.382.630)	24.000
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(5.087.098)	10.519.228

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. Em 2016 e 2015, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

20.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	5	17.718.540	3.345.043
Títulos e valores mobiliários	6	6.950.655	6.950.655
Ativo financeiro amortizável	8	220.237.205	208.445.604

Ativos mensurados pelo custo amortizado

Concessionárias e permissionárias	7	2.817.066	2.535.116
-----------------------------------	---	-----------	-----------

Passivos mensurados pelo custo amortizado

Debêntures - terceiros	10	116.973.582	117.810.017
Fornecedores - terceiros		312.506	545.460
Fornecedores - partes relacionadas	20	4.978	4.441

20.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) **Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) **Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento da garantia dos contratos. e) **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

21. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 na Companhia decorrem de transações junto à Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

21.1. Passivo

	2016	2015
Fornecedores - partes relacionadas (i)	4.978	4.441



IRACEMA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 09.250.729/0001-90



★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Iracema Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Iracema Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Iracema Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações

financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como

obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4